JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS / Nº 193 FEVEREIRO / 2018

AMAGIS
ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Receba informações da amagis pelo whatsapp ou telegram - (31) 99881-4367
Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista

Ato em Brasília exibe força e união da classe

FOTOS: TIAGO PARRELA

Além do ato, magistrados e promotores assinaram manifesto contra o retrocesso e a intimidação

A Magistratura deu mais uma demonstração de força e unidade, no dia 1º de fevereiro, ao reunir cerca de 800 pessoas, em Brasília, em ato realizado pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público, da qual a Amagis é integrante, em defesa e valorização das duas carreiras e contra projetos que afetam suas garantias constitucionais. Manifesto assinado por 18 mil foi entregue à presidente do STF. **PÁGINAS 4 e 5**

+SAÚDE! AGENDAMENTO DO CHECK-UP É AMPLIADO - **PÁGINA 24**

TJMG atende à Amagis e paga férias

O TJMG atendeu ao pedido da Amagis e, no dia 24 de janeiro, autorizou o pagamento de férias suspensas aos magistrados. A quitação do débito foi feita de acordo com a resolução 133, do CNJ, que dispõe sobre a simetria constitucional entre a Magistratura e o MP. **PÁGINA 3**

Alterações na lei desafia Justiça Eleitoral

No dia 7 de outubro, milhares de brasileiros irão às urnas escolher seus representantes nos País e nos Estados. Apesar da distância para o dia da votação, os Tribunais Eleitorais já se preparam para o pleito deste ano, que traz mudanças na legislação eleitoral. **PÁGINAS 12 e 13**

Ato público repudia e rejeita a intimidação e o retrocesso

MAURÍCIO SOARES*

A Magistratura brasileira, ao lado de integrantes do Ministério Público, deu mais uma demonstração de força e de unidade no ato público, realizado em Brasília, no dia 1º de fevereiro, reafirmando que não ficaremos de braços cruzados diante de projetos que, claramente, buscam desmontar um dos pilares do Estado Democrático de Direito.

A exemplo dos colegas de outros estados, os magistrados mineiros deram expressiva resposta, com presença, voz e adesão ao manifesto que denuncia a sistemática campanha de intimidação e de enfraquecimento do Poder Judiciário e da Magistratura no momento de histórico fortalecimento das instituições contra as graves distorções da função pública.

a mera atualização monetária em nome da garantia constitucional da irredutibilidade dos vencimentos. Agora, que vários outros projetos trazem ameaças de mais perdas, é imperativo resgatar o valor histórico dessa prerrogativa.

Além das correções dessas distorções, iremos cobrar a aprovação da instituição do ATS/VTM (Adicional por Tempo de Serviço/Valorização do Tempo de Magistratura), como meio de premiar a dedicação e atratividade nas carreiras, reparando também a quebra histórica da paridade entre ativos e aposentados.

E mais, com a reforma da Previdência, pretendem extinguir direitos de quem contribuiu, durante a maior parte de sua vida ativa, sobre a totalidade

"Aceitamos e priorizamos, como sempre, o diálogo, mas jamais abriremos mão de nossas garantias, direitos conquistados e independência funcional"

Aceitamos e priorizamos, como sempre, o diálogo, mas jamais abriremos mão de nossas garantias, direitos conquistados e independência funcional. Caso contrário, estaríamos sendo omissos e negligentes perante nossa responsabilidade de guardiões da lei e da democracia.

Unida e comprometida, a Magistratura nacional demonstrou ao País que está mobilizada em defesa do Poder Judiciário e da valorização da classe e que não aceitará passivamente medidas que retirem a sua isenção. Até porque não existe verdadeira democracia sem juízes independentes.

Estamos atentos e vigilantes contra a campanha negativa, que não é de agora. Desde janeiro de 2015, a Magistratura e o Ministério Público foram as únicas carreiras de Estado que ficaram sem o reconhecimento à atualização de seus subsídios. As perdas acumulam mais de 40% desde a instituição do regime de subsídio há 13 anos. De lá para cá, não reivindicamos reajustes, apenas de seus subsídios, como também a de seus pensionistas. Nossa mobilização foi um sinal de alerta a toda a sociedade, ao Congresso Nacional e ao STF sobre os danos causados por essa proposta, que sequer foi discutida com o País. Não fomos consultados e nem somos os responsáveis por qualquer déficit existente no sistema previdenciário.

Ainda nos preocupa o avanço de propostas, como a que criminaliza a chamada "violação das prerrogativas dos advogados" e a do abuso de autoridade, em prejuízo da atividade jurisdicional. Em resumo, projetos desconstrutivos e ataques orquestrados não irão nos intimidar, primeiro, pela origem pouco republicana; segundo, porque reconhecemos nossa importância social como garantidores dos direitos. O ato público demonstra nossa irresignação, enquanto magistrados e cidadãos, contra retaliações, retrocessos, ilegalidades e inconstitucionalidades dessas iniciativas legislativas.■

(*) Presidente da Amagis

ÍNDICE
DECISÃO!

TJ paga férias suspensas
PÁG 03

Magistratura exibe força e unidade no DF
PÁG 04

Governador sanciona mudanças na LODJ
PÁG 06

AMB atende à solicitação da Amagis em ADI
PÁG 07

Entevista: Desembargador Maurício Soares
PÁG 09

Juíza preside a Amagis
PÁG 10

Congresso debaterá politização da Justiça
PÁG 11

TJ expande gravação de audiências
PÁG 14

Obra do auditório será concluída neste mês
PÁG 15

Colônia será revitalizada
PÁG 17

+SAÚDE!

Artes marciais ajudam equilibrar corpo e mente
PÁG 23

Amagis Saúde amplia agendamento do check-up
PÁG 24

JORNAL MENSAL
ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

PRESIDENTE
Desembargador Maurício Torres Soares

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro
Vice-presidente Financeiro:
Desembargador Alberto Diniz Júnior
Vice-presidente de Saúde:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixôto
Vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas:
Juiz José Martinho Nunes Coelho
Vice-presidente do Interior:
Juiz Antônio Carlos Parreira
Vice-presidente Sociocultural-Esportivo:
Juiz Ricardo Torres Oliveira
Diretor-Secretário e de Comunicação:
Juiz Christyano Lucas Generoso
Diretora-Subsecretária:
Juíza Rosimere das Graças do Couto
Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico:
Agência Graffo
Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey
TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

TJ paga férias suspensas

Decisão reconhece simetria entre Magistratura e Ministério Público

A pedido da Amagis, o TJMG autorizou, no dia 24 de janeiro, o pagamento de férias suspensas aos magistrados, conforme resolução 133, do CNJ, que dispõe sobre a simetria constitucional entre a Magistratura e Ministério Público e equiparação de vantagens.

Em ofício enviado ao presidente do TJMG, desembargador Herbert Carneiro, no dia 20 de setembro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, sustentou a necessidade de se garantir o mesmo tratamento entre a Magistratura mineira e os membros do Ministério Público, no que se referia ao direito de suspensão de férias.

Com a decisão de pagar férias suspensas aos magistrados, o presidente do Tribunal registrou o esforço orçamentário e financeiro feito pelo TJMG para garantir o cumprimento do benefício e destacou o requerimento no qual a Amagis solicitou o reconhecimento da simetria entre as duas carreiras, no que se refere à equiparação de vantagens.

Com base no mesmo pedido da Associação, a Comissão Administrativa do TJMG aprovou, no dia 9 de novembro, a alteração da portaria conjunta nº 688/PR/2017, revogando as Portarias Conjuntas da Presidência nº 250, de 29 de agosto de 2012, e a Portaria Conjunta da Presidência nº 678, de 31 de agosto de 2017, possibilitando que possam suspender as férias anuais a que têm direito, por absoluta necessidade do serviço público.■

Associações reforçam diálogo com o Supremo

Nova reunião com a ministra Cármen Lúcia está prevista para maio

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, e presidentes de Associações estaduais de magistrados de todo o País reuniram-se, no dia 29 de janeiro, em Brasília, com a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, e o ministro João Otávio de Noronha, corregedor nacional de Justiça.

A ministra pediu apoio dos presidentes das Associações para o enfrentamento da questão penitenciária, que, no início deste ano, voltou a preocupar pela ação de facções criminosas.

ASCOM / AMB

Reunião com a ministra, no STF

Durante o encontro, os presidentes das Associações falaram sobre questões administrativas dos Tribunais, escolas judiciais, boas práticas no Judiciário, doenças profissionais, déficit de quadro funcional e segurança dos juízes. No ponto sobre a carreira, os representantes de classe expuseram a preocupação com a reforma Previdenciária, a questão remuneratória e sobre os ataques constantes à Magistratura.

O presidente da AMB, Jayme de Oliveira, destacou a importância de a ministra ouvir os presidentes das Associações. "Eles podem oferecer novos elementos e novas propostas", disse Jayme de Oliveira, que ressaltou ainda a realização de outras reuniões com a presidente do STF, como a que está prevista para ocorrer em maio. Durante a reunião, Cármen Lúcia tomou nota de todos os pontos levantados pelos presidentes e se comprometeu a estudar cada um deles.■

RÁPIDAS

- ***O juiz Antônio Pêcego, da Comarca de Uberlândia (Triângulo Mineiro), lançou, no dia 6 de janeiro, o livro "Delito de Estupro: uma (re)leitura tipológica". A obra foi publicada pela editora Novas Edições Acadêmicas e pode ser comprado pelo site www.morebooks.de.***

- ***A juíza Karina Veloso Gangana Tanure lançará, no dia 23 de fevereiro, no Parque Esportivo da Amagis, o livro "Juizado Especial da Fazenda Pública - Particularidades em uma visão prática e integrada", escrito em coautoria com Lívia Teixeira de Paula. O livro foi publicado pela editora Del Rey.***

Magistratura exibe força e unidade no DF

Ato teve início no STF e teve seu ponto alto na Câmara dos Deputados

TIAGO PARRELA

Ato no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados

Com a participação de mais de 800 pessoas, a Magistratura brasileira mostrou sua força, ao lado de membros do Ministério Público, durante ato realizado, no dia 1º de fevereiro, em Brasília, pela Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (Frentas), da qual fazem parte a Amagis, Associações estaduais, a AMB e Associações de promotores e procuradores.

A mobilização teve início no STF, com a entrega de Carta Aberta da AMB, com mais de 18 mil assinaturas, à ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo, e à procuradora-geral, Raquel Dodge, na qual as duas carreiras externam ameaças à autonomia do Sistema de Justiça e às garantias e direitos conquistados. *(Veja na página ao lado trechos da carta).*

A apresentação do documento reforçou a disposição para o diálogo entre a Magistratura e os três poderes, particularmente com o Judiciário, uma vez que três dias antes do ato os presidentes das Associações estaduais já haviam sido recebidos pela ministra Cármen Lúcia, em seu gabinete *(veja mais na página 3)*.

Em seguida, os participantes do ato seguiram em comitiva para o auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, onde, com a presença do senador Paulo Paim e dos deputados federais Fábio Ramalho e Rogério Rosso, debateram por mais de três horas a continuidade das ações em defesa e valorização da Magistratura e contra projetos que afetam as carreiras, como a reforma da Previdência, o extrateto e o abuso de autoridade.

Durante os debates, o senador Paulo Paim criticou, de forma contundente, a reforma da Previdência, e os deputados federais Fábio Ramalho e Rogério Rosso colocaram-se à disposição para apoiar as reivindicações apresentadas pelas Associações. Ao longo do dia, os representantes de classe ocuparam ainda os plenários 1 e 2 da Câmara dos Deputados para acompanhar as discussões de projetos de interesse da Magistratura e dos membros do Ministério Público.

Na avaliação do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, a manifestação representou a continuidade da bem-sucedida mobilização que, no ano passado, barrou a aprovação de projetos que ameaçam direitos e garantias da Magistratura. "Viemos aqui marcar presença e voz para reafirmar que nada será decidido sobre os destinos da classe e do Judiciário sem ouvir os magistrados. Não reivindicamos privilégios, mas garantias consagradas na Constituição e direitos conquistados", afirmou.

De acordo com Maurício Soares, a Magistratura mineira esteve presente ao ato de mobilização por entender ser fundamental mostrar que os retrocessos propostos no Congresso Nacional enfraquecem o Poder Judiciário e a população como um todo. "O diálogo com o Parlamento e com a sociedade é imprescindível para fortalecer as nossas lutas", afirmou.

Segundo o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, há um movimento coordenado para enfraquecer o Judiciário. "Estão tentando intimidar a Magistratura e o MP. Não o farão. Esse agigantamento das nossas atividades gerou reação. Não adianta, vamos trabalhar e dialogar com todos os segmentos, mas não vamos arredar pé das nossas garantias", disse.

O vice-presidente de Aposentados e Pensionistas da Amagis, juiz José Martinho, destacou a importância da união entre a Magistratura e o Ministério Público em um ato político, especialmente no momento em que vem sendo feita uma campanha contra o Judiciário, com a intenção de enfraquecê-lo. "O Judiciário é a última trincheira em defesa do cidadão. Enfraquecê-lo afeta a própria sociedade", advertiu.

DELEGAÇÃO MINEIRA

Presentes ao evento, os magistrados que integraram a comitiva da Amagis (por meio de sorteio) aprovaram a manifestação. A juíza Riza Nery ressaltou a atuação da Magistratura e dos membros do Ministério Público no ato, representando todo cidadão brasileiro contra a reforma da Previdência.

O juiz Elton Pupo apontou a importância da mobilização, para lembrar a toda a sociedade que a atuação da Magistratura tem sempre se pautado no interesse público e na prestação de um serviço público de qualidade, que, sem as prerrogativas da classe, ficariam comprometidas.

Para a juíza Maria Isabel Fleck, o ato foi um movimento de vigor democrático, de união das duas instituições em defesa de seus interesses, reforçando a importância social de cada uma delas. "Foi um momento de demonstrarmos quem somos e de que realmente precisamos manter as nossas prerrogativas", comentou.■

FOTOS: TIAGO PARRELA

Magistrados mineiros durante o ato em Brasília

Carta aberta

Durante o ato do dia 1º, a AMB e Associações entregaram à ministra Cármen Lúcia, presidente do STF, e à procuradora-geral da República, Raquel Dodge, carta aberta com reivindicações da Magistratura e dos membros do Ministério Público. Ambas se comprometeram a analisar o documento, que traz ainda preocupações das duas carreiras. Veja abaixo alguns pontos da carta, nas quais as Associações destacam:

- "Defasagem remuneratória, a que se aliam (a) às ameaças de novas e iminentes perdas econômicas, (b) a quebra histórica da paridade entre ativos e aposentados, (c) o teor predatório da chamada "reforma da Previdência" (a malsinada PEC n. 287/2016, que propõe frustrar abruptamente a condição previdenciária de quem por décadas recolheu contribuições sobre a totalidade de seus subsídios, como também a de seus pensionistas) e (d) os sistemáticos ataques à imagem de ambas as instituições (não raro perpetrados por interesses pouco republicanos)";

- "ALERTAM para as articulações que têm sido realizadas pelo Governo no sentido de aprovar a PEC nº 287/2016, cujo texto estabelece, entre outros aspectos, a retirada da integralidade dos subsídios dos magistrados, mesmo para os que ingressaram na carreira antes da Emenda Constitucional nº 41/2003, sem regra de transição razoável";

- "Também merece preocupação o avanço, na Câmara dos Deputados, do PL 8347/2017, que criminaliza a "violação das prerrogativas dos advogados", pois seu principal tipo penal contém núcleos excessivamente abertos e não exige dolo específico para a configuração do delito, revelando traços próprios de crimes de hermenêutica e sugerindo significativo potencial para o incremento de atritos injustificados entre magistrados e advogados".

- "ROGAM para que o Supremo Tribunal Federal resgate o valor histórico da garantia constitucional da irredutibilidade dos subsídios, que tem no direito comparado e na história da humanidade ocidental a importante função de garantir a independência e a serenidade no exercício das atividades das Magistraturas".■

Leia a íntegra da carta no site amagis.com.br

Governador sanciona mudanças na LODJ

Diálogo permanente garantiu a rápida tramitação do projeto

O governador Fernando Pimentel sancionou, no dia 9 de janeiro, a Lei Complementar nº 146 de 2018, que alterou a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado (Lei Complementar 59, de 18 de janeiro de 2001).

O PLC 40/17 foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), no dia 18 de dezembro último, após gestões do presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, que, acompanhado do vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz Junior, discutiu os pontos mais relevantes da proposta com os deputados.

Durante todo o dia 18, Maurício Soares manteve a interlocução com os parlamentares, entre eles Luiz Humberto Carneiro, João Leite, Tiago Ulisses, Gustavo Corrêa, Felipe Attiê, Sargento Rodrigues, Antônio Carlos Arantes, Leonídio Bouças, Celise Laviola, Gil Pereira, Vanderlei Miranda, Durval Ângelo, João Magalhães e Inácio Franco.

O diálogo permanente com os parlamentares também foi importante para a rápida tramitação e aprovação do PLC 70/2017 na Comissão de Constituição e Justiça e na de Administração Pública, da ALMG, no dia 4 de dezembro.■

FOTOS: IZABELA MACHADO

Maurício Soares e Alberto Diniz com deputados durante a votação do projeto na ALMG

AMB atende à solicitação da Amagis em ADI

Associação ingressou como amicus curiae a pedido de Maurício Soares

AMB

Maurício Soares, Nelson Missias, Alberto Diniz e Octavio Boccalini

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) ingressou com pedido ao Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 30 de janeiro, de amicus curiae na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5407/MG, da Procuradoria-Geral da República (PGR). A Amagis já é amicus curiae nessa ADI desde dezembro de 2015, defendendo a constitucionalidade de normas estaduais que previram o pagamento de auxílio-aperfeiçoamento profissional e auxílio-saúde aos magistrados mineiros.

Entre outros argumentos, a Amagis demonstra que essas verbas são pagas aos membros do Ministério Público e, por simetria, também são devidas aos magistrados. Além disso, a questão auxílio-saúde, por exemplo, foi disciplinada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio da Resolução nº 207 de 2015.

Leia a peça apresentada pela AMB no site
http://bit.ly/2EbPiTm

Com o pedido de amicus curiae, a AMB pretende complementar e reforçar os fundamentos já apresentados anteriormente pela Amagis. Na petição, a AMB ainda requer que, uma vez admitido o seu ingresso na ADI, seja concedido o direito de participar do julgamento de mérito, com sustentação oral, de forma a ver acolhida a tese que considera constitucionais os dispositivos legais impugnados e, assim, improcedente a ação da PGR.

O pedido de ingresso da Associação nacional como amicus curiae foi reforçado pelo presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, no dia 10 de janeiro, em reunião com o presidente em exercício da AMB, desembargador Nelson Missias, em Brasília. O relator da ADI 5407/MG é o ministro Alexandre de Morais.■

fernandoleiloeiro.com.br

jonasleiloeiro.com.br

lucasleiloeiro.com.br

(37) 3242-2218 | (37) 99862-5659 | leiloesmg@leiloesmg.com.br

2018

Um Desafio!

JUNTOS RUMO AO TOPO

Recuperação Judicial

Falência

Execução

GRUPO CRÉDITO

Contato - Fernando C. Moreira - Diretor - (37) 99947-7742 - fernando@grupocrédito.com.br

AMAGIS

Desembargador Maurício Soares, presidente da Amagis

Durante 2017, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, redobrou sua atuação em Brasília junto aos parlamentares para impedir a aprovação de projetos de lei como o extrateto, abuso de autoridade e reforma da Previdência. Vencidas as batalhas do ano passado, Maurício Soares retomou, no início de 2018, as articulações para impedir que propostas nocivas à Magistratura avancem no Congresso Nacional, reafirmando não só a defesa das prerrogativas da classe, mas também o lugar da Associação nos debates de relevância nacional.

"Estamos demonstrando e discutindo com os deputados a realidade da Magistratura, tirando dúvidas a respeito da remuneração e, particularmente, do regime previdenciário da classe."

"A avaliação é de que a maior parte desses projetos é uma retaliação ao Judiciário, que está atuando de maneira firme, passando a limpo este País"

Como as Associações estão se articulando para defender os interesses da magistratura?

Manteremos as visitas constantes a Brasília com o objetivo de impedir a aprovação de pontos nos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, que, se aprovados, podem prejudicar as garantias dos magistrados e o Judiciário. É preciso estarmos atentos e vigilantes, pois, na medida em que essas propostas avancem, direitos e prerrogativas podem ser suprimidos, podendo afetar a autonomia dos magistrados.

Tais propostas são uma forma de retaliação ao Judiciário?

Sim. A avaliação é de que a maior parte desses projetos é uma retaliação ao Judiciário, que está atuando de maneira firme, passando a limpo este País, principalmente no combate à corrupção. Isso está incomodando muitos poderosos, o que justificaria essa retaliação. Esses projetos atingem todo o sistema de Justiça, incluindo a Magistratura, o Ministério Público e todos aqueles que têm combatido os chamados crimes do colarinho branco.

Qual projeto poderia ser tomado como uma retaliação ao Judiciário?

O projeto de abuso de autoridade, por exemplo, é um típico projeto que entendemos como uma proposta de retaliação ao Judiciário. O abuso de autoridade já está contemplado na legislação em vigor. Portanto, não há necessidade de discutir isso nesse momento, daí o porquê desse projeto está dormitando na Câmara dos Deputados. Nós esperamos que continue assim, ou que seja arquivado ainda neste ano.

Qual a avaliação sobre a tramitação da reforma da Previdência?

O governo está voltando à carga com o projeto da reforma da Previdência. Esse é um projeto que traz um grande retrocesso para a Magistratura, o que nos preocupa muito. Durante todo ano de 2017, estivemos no Congresso Nacional para tratar desse assunto com os parlamentares e manteremos esse diálogo intenso em 2018.

Esse é o tipo de projeto que reclama por um debate mais amplo e aprofundado com a sociedade. É preciso identificar com clareza onde está o rombo da previdência. E, com certeza, não está na aposentadoria dos servidores públicos.

O que mais chama a atenção na reforma da previdência?

Temos uma preocupação muito grande com relação às pensões, pois, caso a reforma seja aprovada, haverá uma perda de 50% nas atuais pensões praticadas no serviço público. Por isso, temos dado uma atenção especial para a pensão. Estamos tentando impedir que haja alteração nesse aspecto. Nossa intenção é evitar as perdas de quem já está no atual sistema previdenciário há mais tempo.

Qual avaliação do senhor das reuniões com os parlamentares?

Esse convencimento pessoal tem sido muito importante para impedir o avanço de propostas que possam representar retrocessos para o Judiciário. Estamos demonstrando e discutindo com os deputados a realidade da Magistratura, tirando dúvidas a respeito da remuneração e, particularmente, do regime previdenciário da classe. Nessas conversas, temos demonstrado a senadores e deputados as inconsistências existentes nos projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, principalmente no que se refere à transição do regime previdenciário atual para o proposto pelo governo.■

Juíza preside a Amagis

Cristiana Gualberto assumiu o comando da Associação interinamente

Dos dias 20 a 28 de janeiro, a juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro, vice-presidente Administrativa da Amagis, assumiu interinamente a Presidência da Associação, durante licença do presidente Maurício Soares.

Essa não é primeira vez que a magistrada assume o cargo, seja na ausência do presidente Maurício Soares, ou em ocasiões como o Dia Internacional da Mulher, quando, em ato simbólico, que visava à valorização da participação das juízas no associativismo, Maurício Soares transferiu, interinamente, a presidência a Cristiana Gualberto.

GEORGIA BAÇVAROFF

Cristiana Gualberto e Maurício Soares

A juíza integra ainda o Comitê Gestor Regional da Primeira Instância do TJMG e tem atuado nas discussões da execução orçamentária, em busca de uma distribuição equalizada dos recursos financeiros, com o objetivo de atender às demandas da Justiça de 1ª instância, como a distribuição da força de trabalho no âmbito das unidades judiciárias do Tribunal.■

Mineiro assume a AMB

Nelson Missias dirigiu a instituição durante licença do presidente Jayme de Oliveira

Durante os 15 dias que presidiu a AMB interinamente, de 7 a 21 de janeiro, o desembargador Nelson Missias de Morais, do TJMG, reuniu-se com dirigentes de Associações de magistrados e parlamentares para tratar dos projetos de interesse da classe em tramitação no Congresso Nacional.

Entre os encontros realizados durante esse período, estão a reunião no dia 10 de janeiro, com o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o vice-presidente Financeiro, desembargador Alberto Diniz, na qual foi discutida a realização do ato público em Brasília, no dia 1º de fevereiro, e o encontro, no dia 9 do mesmo mês, com dirigentes da Escola Nacional da Magistratura (ENM), entre os quais o presidente da instituição, juiz Marcelo Piragibe.

ASCOM / AMB

Nelson Missias

O desembargador Nelson Missias foi presidente da Amagis no triênio 2007-2009, e atualmente é o vice-presidente de Planejamento Estratégico, Previdência e Assuntos Jurídicos da AMB. O magistrado assumiu a interinidade da Associação em razão das férias do presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira.■

Prestando Contas

Diretoria divulga relatório do segundo ano de gestão

Com o objetivo de prestar contas à Magistratura mineira sobre as ações desenvolvidas em defesa da classe em 2017, a Amagis divulga, neste mês, o Relatório de Gestão.

O trabalho intenso, realizado em Brasília para impedir o avanço, nos Poderes Legislativo e Executivo, de projetos de lei que poderiam ter causado retrocessos no Judiciário e para a carreira da Magistratura, foi a principal frente de atuação da diretoria, que teve como eixo a interlocução com os parlamentares tanto em Brasília quanto em Minas Gerais.

A atenção aos magistrados não se restringiu à defesa dos direitos e prerrogativas da classe e, no ano passado, a diretoria lançou o Programa de Check-up, com o qual os usuários da Amagis Saúde podem realizar exames gratuitos preventivamente, e que já beneficiou mais de 400 associados nos primeiros meses de funcionamento.

Na comunicação, a diretoria continua inovando e lançou mais uma ferramenta de interação com os magistrados, que podem receber notícias pelo WhatsApp ou pelo Telegram.■

Congresso debaterá politização da Justiça

Ministros e parlamentares participarão do evento que será realizado em Alagoas

Dos dias 24 a 26 de maio, magistrados de todo o País irão participar, em Maceió (AL), do XXIII Congresso Brasileiro de Magistrados, que terá como tema 'A politização do Judiciário ou a judicialização da política?' e contará com a participação de ministros e parlamentares.

A conferência de abertura será realizada no dia 24 de maio, pelo ministro Dias Toffoli, vice-presidente do STF. Na manhã do dia seguinte, estão confirmadas as presenças do ministro Alexandre de Moraes, STF, e da procuradora-geral da República, Raquel Dodge, que irão palestrar no painel sobre 'Segurança Institucional e Segurança Pública'. Em outro espaço, o ministro Marco Aurélio Mello, do STF, irá falar sobre a 'Sobrecarga do Direito e Sobrecarga do Judiciário'.

No período da tarde, o ministro Luís Roberto Barroso (STF) abordará 'As políticas de inclusão do Judiciário' e o ministro aposentado Paulo Benjamim Fragoso Galotti falará sobre as 'Questões atuais do Associativismo'. O governador de Alagoas, Renan Filho, irá debater o 'Executivo e Judiciário: Politização da Justiça?', e a senadora Ana Amélia, o 'Legislativo e Judiciário: Judicialização da Política'.

No dia seguinte, os ministros Ricardo Lewandowski, do STF, Luis Felipe Salomão, do STJ, e João Otávio de Noronha, do STJ e corregedor nacional de Justiça, irão debater as 'Prerrogativas e Direitos da Magistratura', e o ministro Herman Benjamim, do STJ, irá discutir a 'Justiça Eleitoral – Divergências e Convergências'.

O ministro dos Transportes, Maurício Quintella, e os deputados federais Carlos Henrique Focesi Sampaio (SP), Paulo Abi-Ackel (MG) e Agnaldo Ribeiro (PB) abordarão a 'Repartição das Competências e Diálogo Institucional'. O ministro Humberto Eustáquio Soares Martins, vice-presidente do STJ, realizará a conferência de encerramento.

Serão realizados ainda lançamentos de livros e concurso de monografias. A assembleia geral está programada para o final do Congresso. As inscrições terão o valor de R$ 500,00 para associados da AMB e R$ 250,00 para o acompanhante até o dia 31 de março, e, respectivamente, o valor de R$ 600,00 e R$ 300,00 do dia 1º de abril até o dia do evento.■

Faça sua inscrição pelo site amb.com.br/cbm2018

ELEIÇÕES DE 2018

Mudanças na legislação desafiam Justiça Eleitoral

BRUNO GONTIJO, GEORGIA BAÇVAROFF E TIAGO PARRELA

As eleições deste ano definirão os futuros ocupantes aos cargos de presidente da República, governadores, senadores e deputados federais e estaduais. No dia 7 de outubro, milhares de brasileiros escolherão aqueles que os representarão no País e em seus Estados. A preparação da Justiça Eleitoral, no entanto, começa bem antes disso.

Para que tudo possa ocorrer dentro da legalidade e sem grandes imprevistos, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou 10 resoluções em dezembro do ano passado, regulamentando mudanças na legislação eleitoral que foram aprovadas recentemente.

Tais resoluções tratam de questões como prestação de contas, registro eleitoral, arrecadação, calendário, direito de resposta e propaganda na internet.

Segundo o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), desembargador Edgard Penna Amorim, os desafios para as eleições de 2018 são vários, com as previsões da lei e a regulamentação a cargo do TSE, que, segundo ele, ainda não estão muito claras e precisam ser examinadas com profundidade.

O desembargador avaliou que os TREs precisarão de tempo para analisar as novas resoluções do TSE e se prepararem para aplicá-las. "A fiscalização do uso abusivo do poder econômico, político e de comunicação social – numa era em que o mundo virtual tem a capacidade de interferir diretamente na vida real –, ao lado da complexa e altamente dispendiosa infraestrutura requerida para a implantação do voto impresso, que exigem proatividade e muito trabalho para superar tamanho desafio", destacou o presidente do TRE-MG.

TODOS CONECTADOS

O uso das redes sociais na vida dos políticos, e durante as eleições, é visto pelo desembargador como um tema que necessita de atenção de todos os que trabalham na área e buscam a realização do processo eleitoral "dentro da regra legal e com a transparência que lhe garanta a legitimidade do resultado obtido na urna." Segundo Penna Amorim, a realidade há pouco vivenciada em outros países demonstra a influência que o uso indevido das redes sociais tem exercidosobre o processo eleitoral. "Isso exige que a Justiça Eleitoral se prepare para enfrentar desafio tão grande", afirmou o presidente do TRE-MG.

Para o presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MG, Wederson Advíncula Siqueira, as alterações na legislação vieram para aprimorar o sistema eleitoral. De acordo com ele, a diminuição no tempo ou no prazo da propaganda eleitoral, por exemplo, não irá prejudicar o eleitor na escolha de seu candidato, uma vez que foi aberta a possibilidade de se fazer o impulsionamento de publicações nas redes sociais. Foram editadas algumas regras para esta ferramenta, como a de que qualquer publicação anôni-

Veja algumas novidades do pleito deste ano:

ARRECADAÇÃO

- Os candidatos poderão fazer o uso de financiamento coletivo (crowdfunding) para arrecadar recursos de campanha.
Foi criado o fundo público eleitoral de cerca de R$ 2 bilhões para bancar as campanhas.
As empresas continuam proibidas de financiar candidatos.

PROPAGANDA NA INTERNET

- Fica permitido o chamado "impulsionamento de conteúdo", quando o candidato paga para que as postagens nas redes sociais alcancem um público maior.

LIMITE DE GASTOS

- Haverá limites de gastos de acordo com cada cargo pretendido pelo candidato:
Para presidente: R$ 70 milhões;
governador: até R$ 21 milhões;
senador: até R$ 5,6 milhões;
deputado federal: R$ 2,5 milhões e
deputado estadual: R$ 1 milhão

CLÁUSULA DE DESEMPENHO

- Para ter acesso ao Fundo Partidário e ao tempo gratuito no rádio e na TV, cada partido precisará ter o mínimo de 1,5% dos votos válidos nacionais a deputado federal.

FONTES: AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA CÂMARA E FOLHA DE S. PAULO

ma será proibida. Também foi dado aos provedores espaço para que possam tentar identificar os autores das publicações, e o impulsionamento só poderá ser feito pelas campanhas oficiais.

"Quando se permite o uso responsável da rede social, permite-se que a ideia do candidato possa alcançar um número maior de pessoas. A tecnologia facilita a comunicação do candidato com o eleitor e de forma mais barata", avaliou o advogado Wederson Advíncula.

FINANCIAMENTO

Nas eleições de 2016, já se experimentou uma grande mudança, quando as empresas ficaram proibidas de financiar campanhas. Neste ano, além da manutenção dessa restrição, entrará em vigor o recém-criado fundo público eleitoral de cerca de R$ 2 bilhões.

Segundo o presidente do TRE-MG, as experiências históricas de proibição do financiamento das eleições por empresas revelam que a tendência foi de se utilizar formas de burlar a vedação, por meio do caixa 2. "A fiscalização pela Justiça Eleitoral, com o apoio da Polícia Federal e do Ministério Público Eleitoral, das despesas de campanha não contabilizadas sempre foi muito difícil. A partir da operação 'Lava Jato', a prática desnudou-se, e há indícios e provas de que muitos recursos que alimentaram o 'caixa 2' eram provenientes de desvios de recursos públicos com a participação tanto das empresas como dos candidatos beneficiados. A expectativa é de que as condenações no âmbito daquela operação inibam a prática que o Supremo Tribunal Federal e a Lei n.º 13.165/2015 tornaram ilícita", previu o desembargador Penna Amorim.

O cientista político e professor do Ibmec-MG Adriano Gianturco considerou que a proibição de doação por parte das empresas não torna a disputa necessariamente mais justa. De acordo com ele, além do dinheiro por meio do caixa 2 permanecer, a consequência concreta é a de que quem recebe mais fundo partidário continue tendo uma vantagem. "Sobre a questão do financiamento, há muitos mitos. Na verdade, os candidatos com mais chances e mais poder atraem mais doações e não o contrário. Funciona assim: as empresas financiam todo mundo. Gradualmente, à medida que se definem as probabilidades de cada um, elas vão apostando mais nos primeiros. Fazem isso para se prevenir do risco de serem prejudicados por quem ganhar", analisou Gianturco.

Para o cientista político, as mudanças na legislação eleitoral não devem alterar significativamente o panorama político-eleitoral dos últimos anos, o que demandaria mais tempo para ocorrer. "O quadro político depende de muitas variáveis. A mudança em um país é um processo histórico e, portanto, longo. Não é algo que se muda só a canetadas e em uma legislatura. As coisas estão melhorando, mas a maioria das novas regras eleitorais segue uma visão idealista da competição e restritiva da legislação. O país irá melhorar apesar disso", observou Gianturco.

PROPAGANDA ELEITORAL

As propagandas eleitorais sofreram algumas mudanças e tiveram o tempo reduzido. A propaganda poderá ter início no dia 16 de agosto, sendo que aquela realizada no horário eleitoral gratuito somente começará no rádio e na televisão no dia 31 de agosto. Já a propaganda do 2º turno deverá começar na sexta-feira seguinte à realização do primeiro turno. Antes, ela começava 48h depois de proclamado o resultado do primeiro turno. O tempo total foi reduzido para dois blocos diários de dez minutos para os cargos de presidente e governador. Antes, eram dois blocos de 20 minutos.

De acordo com as novas regras do TSE, as propagandas somente poderão aparecer nos sites de candidatos, partidos e coligações, sendo vetada a propaganda em sites que pertençam a pessoas físicas ou empresas privadas. Até março, ainda devem ser editadas e aprofundadas regras que tratam de temas importantes como 'fake news' (notícias falsas nas redes sociais).

De acordo com o presidente do TRE-MG, esse é um tema importante para a Justiça Eleitoral. "Trabalhamos para a realização de eleições 'limpas', sem a interferência dos poderes político e econômico e sem o uso indevido dos meios de comunicação social. Qualquer fato que leve à manipulação da vontade do eleitor interfere no trabalho da Justiça Eleitoral", advertiu o presidente do Tribunal.

O magistrado, porém, fez a ressalva de que é necessário que a medida utilizada para coibir 'fake news' não leve à criação de censura prévia ao que for divulgado pela internet. "O Tribunal Superior Eleitoral criou o Conselho Consultivo e pretende realizar diversos debates, fóruns e seminários com o fim de buscar sugestões para o aperfeiçoamento das regras constantes da resolução que disciplina a propaganda eleitoral na internet no pleito de 2018", observou o desembargador.

O presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MG destacou o papel fundamental da Justiça Eleitoral de Minas Gerais em todas essas mudanças. "Temos os juízes mais velozes e eficazes do País. E isso proporciona excelência, o que contribui muito para o aprimoramento do nosso sistema eleitoral", afirmou Wederson Advíncula.■

"TRABALHAMOS PARA A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES 'LIMPAS', SEM A INTERFERÊNCIA DOS PODERES POLÍTICO E ECONÔMICO E SEM O USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. QUALQUER FATO QUE LEVE À MANIPULAÇÃO DA VONTADE DO ELEITOR INTERFERE NO TRABALHO DA JUSTIÇA ELEITORAL"
DESEMBARGADOR PENNA AMORIM, PRESIDENTE DO TRE-MG

"TEMOS OS JUÍZES MAIS VELOZES E EFICAZES DO PAÍS. E ISSO PROPORCIONA EXCELÊNCIA, O QUE CONTRIBUI MUITO PARA O APRIMORAMENTO DO NOSSO SISTEMA ELEITORAL"
WEDERSON ADVÍNCULA, PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DIREITO ELEITORAL DA OAB-MG

"O QUADRO POLÍTICO DEPENDE DE MUITAS VARIÁVEIS. A MUDANÇA EM UM PAÍS É UM PROCESSO HISTÓRICO E, PORTANTO, LONGO. NÃO É ALGO QUE SE MUDA SÓ A CANETADAS E EM UMA LEGISLATURA"
ADRIANO GIANTURCO, CIENTISTA POLÍTICO

TJ expande gravação de audiências

Sistema será instalado nas unidades com competência criminal

O TJMG pretende expandir o sistema de gravação audiovisual de audiências, em mídia digital, para as varas e unidades jurisdicionais da Justiça Comum de primeiro grau do Estado, com competência criminal, até junho deste ano.

O sistema já funcionava em 25 unidades judiciais nas Comarcas de Belo Horizonte, Contagem, Conselheiro Lafaiete, Ribeirão das Neves e Vespasiano, desde 2015, e foi implementado em todas as unidades de competência Criminal de Belo Horizonte no último dia 31 de janeiro.

RENATA CALDEIRA / TJMG

Juiz Thiago Colnago acompanha curso sobre o sistema de gravação

Com o recurso, as audiências são gravadas em áudio e vídeo, dando mais agilidade à tomada de depoimentos, uma vez que as declarações das partes não precisarão ser ditadas pelo magistrado ao escrevente. A expectativa é que a adoção do sistema possibilite a realização de um número maior de audiências por dia.

A ordem de implantação do sistema foi definida de acordo com o volume de processos criminais de cada região das comarcas do interior. De acordo com o juiz auxiliar da Presidência do TJMG, Thiago Colnago Cabral, a ferramenta permite a redução do tempo das audiências. A expectativa do Tribunal é acelerar o processamento das ações penais, uma vez que o sistema de gravação interfere em um dos maiores entraves à celeridade desses processos, que é a disponibilidade de pauta de audiências.

O cronograma de instalação do sistema está disponível no site tjmg.jus.br.■

ENM investe no ensino a distância

Cursos pela internet serão disponibilizados no primeiro trimestre deste ano

A Escola Nacional da Magistratura (ENM) deverá disponibilizar, já no primeiro trimestre deste ano, os novos cursos de ensino a distância (EaD), desenvolvidos com o objetivo de facilitar o acesso de magistrados de todo o País ao conteúdo oferecido pela instituição.

A ampliação da oferta de aulas na modalidade de EaD foi antecipada pelo juiz Marcelo Piragibe, diretor-presidente da ENM, em entrevista publicada na edição de janeiro do jornal DECISÃO.

ASCOM / AMB

Marcelo Piragibe (C) com diretores da ENM

De acordo com o magistrado, o País conta com aproximadamente 15 mil juízes, cuja maioria não tem acesso fácil às capitais, onde estão localizadas as escolas judiciais.

Os cursos serão ministrados por meio de videoaulas, o que permitirá aos magistrados definirem qual o melhor local e horário para assistir às aulas, reduzindo assim não só o tempo com o deslocamento, mas também as despesas com hospedagem. A ENM pretende realizar, no segundo semestre deste ano, aulas transmitidas ao vivo pela internet.

Para desenvolver o projeto, a ENM contratou o consultor e professor Walter Capanema, responsável por projetar o primeiro curso telepresencial aos juízes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e com experiência em o EaD promovido pela Escola de Magistratura do Rio de Janeiro.

Entre os cursos que deverão ser oferecidos na modalidade de EaD, neste primeiro trimestre, estão Cibercrime, Direito Eleitoral, marco civil da internet, o novo CPC, modernas questões de direito de família e improbidade administrativa.■

Obra do auditório será concluída neste mês

Modernização inclui melhorias técnicas e de acessibilidade

Com apenas seis meses de trabalho, as obras de modernização do auditório da Amagis serão entregues em fevereiro deste ano. Construído há 35 anos, o espaço precisava de mudanças para melhor receber magistrados e convidados que participam de palestras, reuniões e assembleias promovidas no local. Foram feitas melhorias na acessibilidade, nos equipamentos de áudio e som, climatização e área técnica.

Para o desembargador Nicolau Masselli, membro da Comissão de Obras da Amagis, as mudanças foram positivas não só porque corrigiram problemas, como o barulho do ar condicionado, mas também por ter melhorado a visibilidade no auditório, pela criação de um espaço mais apropriado para a recepção de magistrados e convidados, e por adotar as normas para o acesso de pessoas portadoras de deficiência no local, o que incluiu a construção de um banheiro próprio para cadeirantes.

Nicolau Masselli destacou ainda a construção de uma cabine exclusiva para a tradução simultânea de palestras, o que pode deixar o auditório mais atrativo para a locação, observado os critérios fixados no regulamento das unidades sociais da Associação.

TIAGO PARRELA

Fase de conclusão da reforma

A locação do auditório pode ser feita mediante proposta aprovada pela diretoria da Associação, por tempo, horário e valores determinados. O valor do aluguel é revisto periodicamente e fixado por ato administrativo da diretoria da Amagis, mediante proposta da vice-presidência Sociocultural-Esportiva.

A comissão de obras acompanhou todo o processo de modernização do auditório, e uma das medidas adotadas no projeto foi o reaproveitamento de todo o mobiliário existente, reduzindo assim os custos da obra.■

#ReformadaPrevidência

APOSENTADORIA DIGNA

é direito de quem dedicou toda a vida

A SERVIR À SOCIEDADE

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

www.amagis.com.br

Reforma da Previdência não pode ser injusta!

Campanha de teatro traz peças inéditas

Programação reúne 132 espetáculos de teatro e dança

Em sua 44ª edição, a Campanha de Popularização do Teatro e da Dança reúne 132 espetáculos, dos quais 54 são levados ao público pela primeira vez. As apresentações serão realizadas até o início de março e incluem atrações de dança, musicais e teatro para os públicos adulto e infantil.

Entre as estreias, está a peça 'Antes do Fim', na qual um quarteto de cordas famoso e um motoboy têm suas vidas entrelaçadas e veem seus valores, desejos e hierarquias se desfazerem. As reapresentações incluem a peça 'Os Gigantes da Montanha', uma montagem do Grupo Galpão da fábula escrita por Luigi Pirandello, que narra a chegada de uma companhia teatral decadente a uma vila mágica, povoada por fantasmas e governada pelo Mago Cotrone.

O publico infantil poderá se encantar com 'As aventuras do Dr. Botica', uma história que trata de valores como amizade, compromisso, tolerância e inclusão, contadas por meio da magia dos bonecos do grupo Giramundo, que estreia na campanha neste ano. As crianças poderão se divertir ainda com a reapresentação do musical 'Os Saltimbancos', vencedor dos prêmios de melhor espetáculo e melhor atuação no 1º Festival Nacional de Teatro de Juiz de Fora.

A programação inclui ainda a 'Campanha Mostra', que reúne espetáculos com algumas semelhanças de linguagem, temas e forma de produção, e a 'Campanha no Caminho das Artes', realizada em Nova Lima (Grande BH), no Centro de Arte Suspensa e Armatrux.

Veja abaixo a agenda cultural do mês, com data e horário dos espetáculos, e confira a programação completa da campanha do teatro no site vaaoteatromg.com.br/belo-horizonte.■

AGENDA CULTURAL

A NOVA ONDA DO IMPERADOR (DESENHO)
Data: *17 de fevereiro*
Horário: *17h*
Local: *MIS Cine Santa Tereza*
Entrada franca
Informações: *facebook.com/miscinesantatereza*

7º FESTIVAL JAPÃO MINAS
Data: *23 a 25 de fevereiro*
Horário: *23/2 (14h às 22h); 24/2 (10h às22h); 25/2 (10h às 19h)*
Local: *Expominas*
Ingressos: *R$ 16,00 (Inteira) e R$ 8,00 (meia)*

A BELEZA DO PIANO DE CHOPIN
Data: *1 e 2 de março*
Local: *Sala Minas Gerais*
Horário: *20h30*
Ingressos: *R$ 22,00 a R$ 116,00**
Informações: *filarmonica.art.br*

NANDO REIS – TURNÊ JARDIM POMAR
Data: *3 de março*
Horário: *22h*
Local: *KM de Vantagens Hall BH*
Ingressos: *R$ 120,00 (inteira) e R$ 60,00 (meia)*
Mais informações: *ticketsforfun.com.br*

** Os preços variam de acordo com o setor e se a entrada é inteira ou meia.*

BAÚ DE ACORDES

Tiago Parrela

Rancho Carnavalesco Flor do Sereno – Surgidos no final do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, os Ranchos Carnavalescos, diferentemente das outras manifestações do carnaval, como os cordões e os blocos, constituíam desfiles planejados, com fantasias luxuosas, divididas em alas, com escolha de enredos, presença da porta-estandarte e da comissão de frente, além de outros elementos que seriam aproveitados, posteriormente, nas escolas de samba.

Grandes instrumentistas e compositores da época, como Pixinguinha, Ernesto Nazareth e Anacleto de Medeiros integravam as orquestras que acompanhavam os desfiles e bailes nas sedes dos ranchos. Com o crescimento das escolas de samba, na década de 40, os ranchos começaram a desaparecer, mas sua música se consolidou como um importante gênero musical: a Marcha-Rancho.

O grupo Rancho Flor do Sereno foi criado, no ano 2000, pelo compositor Elton Medeiros. Com um time de compositores de primeira, como Paulo César Pinheiro, Aldir Blanc, Maurício Carrilho, Cristóvão Bastos, Maurício Tapajós e o próprio Elton Medeiros, entre outros, o grupo lançou, em 2007, pela Acari Records, o disco Rancho Carnavalesco Flor do Sereno, resgatando não só composições de Lamartine Babo e Ernesto Nazareth, mas também uma das tradições da folia de Carnaval.

Capa do disco Rancho Carnavalesco

Colônia será revitalizada

Unidade de Cabo Frio ficará fechada por cinco meses para obras de modernização

A colônia de férias de Cabo Frio (RJ) ficará fechada para reforma a partir do dia 3 de abril deste ano. A previsão é que a colônia seja reaberta para uso dos associados no mês de setembro.

Devido ao desgaste natural ocasionado pelo tempo e pelo uso frequente, a diretoria da Amagis aprovou a reforma completa dos oito apartamentos que a Associação possui no Edifício Nautilus II. Os imóveis serão totalmente revitalizados para proporcionar um ambiente mais leve, funcional e moderno.

De acordo com a coordenadora do Departamento de Administração, Colônia de Férias e Patrimônio da Amagis (Deacap), Mara Lúcia de Carvalho, a obra vai contemplar a troca de toda a fiação elétrica e dos quadros de distribuição de energia, a ampliação do banheiro da suíte para melhorar o acesso ao box, a modernização da cozinha com melhor aproveitamento do espaço, a troca do piso, dos acabamentos dos banheiros, do mobiliário e dos aparelhos eletrodomésticos por outros mais modernos, e pintura nova. O apartamento para portadores de necessidades especiais será mantido com toda a estrutura necessária para facilitar o acesso

COLÔNIAS APROVADAS

Durante as férias de verão, as colônias de Nova viçosa (BA), Cabo Frio (RJ) e Ubatuba (SP) estão entre as unidades mais procuradas pelos associados da Amagis, que buscam não só se refrescar no litoral durante os dias mais quentes do ano, mas querem também tranquilidade, comodidade e privacidade para toda a família.

É justamente por causa desse ambiente, que, há nove anos, o juiz Márcio José Tricote, da Comarca de Araguari (Triângulo), tem frequentado a colônia de Nova Viçosa. O magistrado observou que a unidade oferece segurança aos associados, com portaria 24 horas, bom atendimento e ótimo espaço para o descanso e lazer da família, onde os filhos podem fazer amizades, que acabam sendo mantidas por meio das redes sociais.

"Às vezes, ouvimos críticas. Mas tenho um pensamento diverso: para ir com a família, não tem lugar melhor. Meus filhos têm uma liberdade enorme dentro da colônia e o local é atrativo, com um ambiente dos mais propícios", comentou.

Durante sua estadia, ele aproveita não só a praia em frente à colônia. O magistrado procura também lugares um pouco mais afastados, entre Nova Viçosa e Mucuri, onde pode desfrutar de bons restaurantes e da tranquilidade do litoral do Sul da Bahia.

Os passeios nas praias de Ubatuba são uma das principais opções de lazer dos filhos da juíza Maraíza Francisca Escolástica, da Comarca de Varginha (Sul), que prefere a tranquilidade da colônia. Na avaliação da magistrada, a unidade tem uma boa estrutura e, nela, sempre há a possibilidade de se fazer novas amizades.

A juíza disse que já esteve em Ubatuba várias vezes, pois, além da beleza exuberante da cidade, a localização da colônia facilita o acesso para quem, como ela, atua na região Sul de Minas Gerais.

A distância não é um problema para o juiz Carlos Márcio de Macedo, da Comarca de Betim (Grande BH), que, nessas férias, esteve com sua esposa, Cintia Taliene Borges Gomide, na colônia de Cabo Frio. O magistrado aproveita os períodos de descanso para viajar de moto e conhecer as cidades das regiões que visita.

Na viagem a Cabo Frio, por exemplo, Macedo passou por Juiz de Fora, Itaipava, Teresópolis e foi até o Dedo de Deus, em Guapimirim, de onde seguiu até ao seu destino final, para encontrar-se com a família.■

ARQUIVO PESSOAL

Juiz Carlos Márcio (c) com a esposa e o filho em Cabo Frio

CONVÊNIOS DA AMAGIS

BIOCENTRO – CENTRO DE ESTÉTICA LTDA

Desconto de 20% em todos os tratamentos pagos à vista e 10% de desconto nos pagamentos feitos a prazo.
Telefone: *(31) 3227-6262*
Endereço: *Av. Contorno, 8.000, sala 1.205, Santo Agostinho – BH*

VITA CORPUS

Clínica de Psicoterapia, Acupuntura, Nutrição e Terapias Complementares. Desconto especial para associados da Amagis de 30%.
Telefone: *(31) 3421-4721*
Endereço: *Rua Ubá, 516, Colégio Batista – BH*

TERAPIA DE EXPANSÃO DO SER

Desconto de 20% na psicoterapia transpessoal; massoterapia oriental (shiatsu, massagens ayurvédica); detox; revitalização; programa beleza vital; acupuntura sistêmica; auriculopuntura; reequilíbrio energético.
Telefone: *(31) 98892-8244 (whatsapp)*
Endereço: *Rua dos Aimorés, 1.297, salas 801/802, Funcionários – BH*

OTÁVIO JYOTI DEVA B.BARROS

Desconto de 30% sobre o preço de tabela do consultório nos serviços de acupuntura, naturopatia, iridologia, fitoterapia, tratamento de dores crônicas, menopausa, estresse, distúrbios funcionais, digestivos e de sono.
Telefone: *(31) 3227-8356*
Endereço: *Rua do Ouro, 1.725, Serra – BH*

CÓDIGO DE TRÂNSITO

Mudanças são respostas penais para proteger a vida

AMAURY SILVA*

A Lei 13.546 / 2017 alterou o CTB (Lei 9.503/97), modificando dispositivos referentes a crimes cometidos na direção de veículos automotores. Embora o período da vacatio legis seja médio, ou seja, previsão de vigência depois de decorridos 120 dias da sua publicação, isto é, em 19/04/2018, desde o início da sua divulgação suscitou muitas especulações.

A mudança estabeleceu uma exasperação de pena para as hipóteses dos crimes de homicídio culposo no trânsito (art. 302, CTB) e lesão corporal culposa no trânsito (art. 303, CTB).

Na primeira hipótese, foi acrescentado o § 3º ao art. 302, estabelecendo a pena de reclusão de 5 a 8 anos, além da suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou habilitação para a direção de veículo automotor, se o agente, na prática do homicídio, conduz o veículo sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência.

As discussões a respeito das condições psicossomáticas individuais levarem à alteração da capacidade cognitiva do agente permanecerão abertas a muitas reflexões.

Em termos de política criminal, a modificação busca a racionalidade. A matéria do homicídio culposo no trânsito é uma das poucas a suscitar a necessidade na legislação penal brasileira de uma exasperação penal. O bem jurídico em exposição é o mais valioso (vida). A prática social e a cultura de indiferença quanto à pertinência das regras de trânsito são situações extremamente delicadas no Brasil. Uma adequação em torno da proporcionalidade (gravidade do fato x gravidade da pena) é exigível.

"A PRÁTICA SOCIAL E A CULTURA DE INDIFERENÇA QUANTO À PERTINÊNCIA DAS REGRAS DE TRÂNSITO SÃO SITUAÇÕES EXTREMAMENTE DELICADAS NO BRASIL"

O mito de que crimes culposos no Brasil devem ter penas extravagantemente reduzidas orienta um certo pensamento canônico no nosso direito penal.

Como resultado, as infindáveis discussões sobre dolo eventual, culpa consciente e embriaguez em homicídios no trânsito desafiam soluções com mínima segurança jurídica, dada à complexidade de se estabelecerem premissas práticas e probatórias para aquelas categorias jurídicas.

Esse quadro deflagra uma constatação de esvaziamento da tutela penal. Tal distorção configura a proteção ineficiente. A exasperação da pena para a hipótese do homicida no trânsito, que conduzia o veículo sob a influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência, organiza uma resposta penal mais condizente com a natureza do bem jurídico em discussão, valorizando o etiquetamento da conduta humana como infração penal, a partir de uma análise do mínimo ético.

"COMO RESULTADO, AS INFINDÁVEIS DISCUSSÕES SOBRE DOLO EVENTUAL, CULPA CONSCIENTE E EMBRIAGUEZ EM HOMICÍDIOS NO TRÂNSITO DESAFIAM SOLUÇÕES COM MÍNIMA SEGURANÇA JURÍDICA"

No segundo caso (lesão culposa – art. 303), a mudança tem a seguinte dimensão: § 2º A pena privativa de liberdade é de reclusão de dois a cinco anos, sem prejuízo das outras penas previstas neste artigo, se o agente conduz o veículo com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência, e se do crime resultar lesão corporal de natureza grave ou gravíssima." (NR)

Para fins da exasperação da pena de 2 a 5 anos de reclusão, a lesão deve passar à clivagem prevista no art. 129, CP. Se enquadrada como grave ou gravíssima (art. 129, § 1º, I a IV ou 129, § 2º, I a V, CP) e o comportamento do sujeito ativo (condutor) se adequar à redução da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool ou outra substância psicoativa que determine dependência, o fato será típico.

O delito de embriaguez ao volante (art. 306, CTB) não foi objeto de qualquer alteração pela Lei 13.546/2017. O crime permanece com a mesma descrição típica e idêntica cominação de pena.

Não há possibilidade de aplicação sistemática, por analogia ou extensão das disposições reservadas aos crimes mais graves, à infração do art. 306, CTB, quer seja em função da taxatividade que orienta o princípio da legalidade em direito penal, ou proibição de aplicação da analogia em *mala partem*.

Essa mudança não provocará uma revolução na violência do trânsito. Se há algum mérito na prevenção geral positiva, a modificação no CTB deu o seu contributo. Outro passo importante para se enfrentar o desafio de humanização do trânsito é a atuação de outros vetores dentro de uma visão macro criminológica para a prevenção do ilícito, a educação, psicologia, comunicação e a luta por reconhecimento.■

*Juiz da Comarca de Governador Valadares

Amagis e AMMP renovam parceria

Associações têm atuado lado a lado na defesa do Sistema de Justiça

No dia 29 de janeiro, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz, receberam uma visita de cortesia da nova diretoria da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP).

Durante a visita, o presidente da AMMP, promotor Enéias Xavier Gomes, que estava acompanhado do 1º vice-presidente da AMMP, promotor José Silvério Perdigão de Oliveira, convidou a Amagis para participar de evento de posse da nova diretoria, que estará à frente da Associação no próximo biênio.

O encontro foi considerado importante para renovar a parceria institucional entre Amagis e AMMP, que têm atuado lado a lado na defesa do Sistema de Justiça, contra projetos em tramitação no Congresso Nacional, que afetam a independência de julgar e investigar, no momento em que o País trava um combate histórico contra a corrupção.■

AMAGIS

Enéias Xavier, José Perdigão, Maurício Soares e Alberto Diniz

Associação recebe diretoria eleita do IAMG

Dirigentes foram convidados para a posse no Instituto

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, recebeu, no dia 18 de janeiro, na sede da Associação, a diretoria eleita do Instituto dos Advogados de Minas Gerais (IAMG). Na ocasião, o presidente eleito Felipe Martins Pinto convidou a diretoria da Amagis para a posse do novo corpo diretivo do instituto, que será realizada no dia 7 de março, em Belo Horizonte.

Durante a visita, foram discutidas questões relacionadas ao Direito. Os futuros dirigentes do IAMG receberam exemplares das revistas Amagis Jurídica, MagisCultura Mineira e do jornal DECISÃO, produzidos pela Associação.

Participaram do encontro, o vice-presidente Financeiro da Amagis, desembargador Alberto Diniz, o diretor de Comunicação, juiz Christyano Generoso, e o juiz Bruno Terra, ex-presidente da Associação. Da diretoria eleita do IAMG, participaram também o primeiro vice-presidente Jean Carlos Fernandes, a 2ª vice-presidente Sofia Rabelo e os diretores Gustavo Silva, Alexandre Figueira e Bernardo Câmara.■

GEORGIA BAÇVAROFF

Diretorias da Amagis e IAMG reunidas

RÁPIDAS

O desembargador Geraldo Domingos Coelho recebeu, no dia 1º de dezembro, a Medalha Hélio Costa, do TJMG, em Campos Altos (Alto Paranaíba), das mãos do juiz Rodrigo da Fonseca, diretor do foro da Comarca. Na solenidade, o desembargador foi homenageado pela Câmara Municipal da cidade com a Medalha Antônio Franco, por indicação do presidente da Casa, o vereador Everaldo Eurípedes Campos.

O juiz Carlos Roberto Loiola, da Comarca de Belo Horizonte, lançou no dia 20 de janeiro, na Biblioteca Municipal de Cantanhede, em Portugal, o romance "A estrambótica aventura do senhor Martius Von Gloeden, o caçador de orquídeas". O livro é editado pela Gradiva, com apoio do Município de Cantanhede, e tem apresentação de Osvaldo Silvestre, professor de literatura na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

A convite do embaixador de Israel no Brasil, Yossi Shelly, o juiz Wagner Cavalieri, da Vara de Execuções Criminais de Contagem (Grande BH), visitou, no dia 23 de janeiro, a Suprema Corte de Israel, em Jerusalém. Durante a visita, o magistrado pode conhecer um pouco mais sobre o sistema judiciário israelense.

ONDE INVESTIR O SUADO DINHEIRINHO

Ficar atento ao noticiário fará diferença na hora de investir

TARCÍSIO MARTINS COSTA*

A cada início de ano, as pessoas idealizam novos projetos, como cuidados com a saúde, estudos, casamento e, até mesmo, uma viagem dos sonhos. Para realizar esses desejos, depende das finanças e de um bom planejamento. Assim, é preciso saber não só onde investir, mas também como investir.

Em primeiro lugar, é preciso conhecer qual o perfil do investidor. Três são as categorias, e mais uma quarta que acrescento. A primeira, os conservadores que têm que pensar em proteger seus investimentos no próximo ano e, bem por isso, a aposta ideal é nos investimentos pós-fixados. Eles comporão a maior parte da carteira pensada para estes investidores. Um exemplo são os CDBs mais longos, que podem ser encontrados rendendo 126% do CDI.

A segunda, os moderados terão um componente bem significativo em Fundos Multimercados e, dependendo de seu maior ou menor apetite por risco, podem mudar o tipo de fundo escolhido. Os mais conservadores devem escolher os Multimercados com Investimentos no Exterior. Já os mais corajosos, a terceira categoria, a dos investidores agressivos, uma maior exposição em ações. A economia brasileira começa a entrar nos eixos e, bem por isso, acredita-se que será um ano muito bom para as ações.

A quarta categoria, que denomino ultra agressivos, pertencem a turma do tudo ou nada, aplicando o seu capital em bitcoins, que sofreu queda abrupta de 18.674,5%, em 18 de dezembro passado para o dia 22 daquele mês, para 14.239%.

Para um investidor que tem cerca de R$ 50 mil para retirar no final de 2017 ou de 2018, vai ser difícil ele encontrar um investimento mais interessante do que a caderneta de poupança, considerando a incidência do imposto de renda em fundos e no Tesouro Direto, além da cobrança de uma taxa de administração. Como a poupança é isenta, sob os dois aspectos, teria algum lucro. Com a perspectiva apontada pelo mercado de uma taxa básica de juros (Selic), de 7%, e se ela assim se mantiver, em 2018, sem dúvida, perderá rentabilidade.

Quando a Selic estava em 9,25% ao ano, a poupança rende 0,5%, ao mês, ou 6,17% ao ano, mais a TR, o que dá cerca de 6,5% anuais. Descontada a inflação dos últimos meses, o rendimento real ficaria em torno de 3,5%. Ótimo desempenho histórico para a poupança. Esse, entretanto, não é mais o caso.

Em suma, 2018 será um ano complicado, tanto na política como na economia. Isso terá um grande impacto na maneira que você investe seu dinheiro – e ficar atento ao noticiário fará toda a diferença na hora de escolher os melhores investimentos. Até mesmo os nomes que se irão se candidatar influenciarão seus rendimentos.■

(*) Desembargador

POUPANÇA X TESOURO SELIC

A performance do Tesouro Selic é melhor, tanto para quem vai tirar o dinheiro até o final de 2018. O Tesouro Selic se apresenta mais vantajoso porque tem a vantagem da liquidez. O correntista não precisa se preocupar com a data de aniversário.

FUNDOS DE INVESTIMENTO

Não são recomendáveis, neste momento, para o pequeno investidor de curto prazo. Além da incidência de Imposto de Renda, as taxas de administração costumam reduzir os ganhos. O pequeno investidor deve fugir de fundos DI com taxa de administração acima de 1%. Fundos só são competitivos quando têm taxa de administração perto dos 0,5%, mas, nesses casos, o investimento inicial costuma ser alto, o que já inviabiliza para o pequeno investidor. Corretoras e bancos médios podem ter fundos interessantes mesmo para o pequeno, mas a administração, é importante lembrar: tem de ser menor de 0,5%.

CDBS

Os CDBs devem ter ganhos melhores dos que os da poupança e do Tesouro Selic entre 2017 e 2018 para o pequeno investidor. Mas, para serem melhores, a remuneração precisa ser acima de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Bancos médios e corretoras costumam oferecer opções melhores do que os grandes bancos em CDBs. Não custa procurar.

LCI OU LCA X CDBS

Ainda são ótimo investimento porque têm alta rentabilidade e não têm cobrança de Imposto de Renda, o que o governo estuda e pode acontecer a qualquer momento. Não podem ser usadas para curtíssimo prazo porque o dinheiro não pode ser sacado antes de três meses. Para quem vai poupar e pode tirar o dinheiro no final de 2018, uma LCI ou LCA que tiver rendimento acima de 78% do CDI ganha de CDBs com até 100% do CDI. A diferença entre CDB e LCA ou LCI é a incidência do imposto de renda, de 22,5% sobre o CDB de quatro meses. Para quem vai deixar o dinheiro aplicado até o final de 2018, LCA ou LCI com rendimento a partir de 83% de CDI é melhor do que CDB com 100% do CDI (diferença de 17,5% pela incidência de IR). Se o investidor conseguir um CDB com 110% do CDI, deve migrar para o CDB que se torna mais vantajoso.

VIA JUSTIÇA

PENSAMENTO JURÍDICO

AMAGIS

Direitos do turista

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou, em 2016, a resolução n°400/2016, sobre direitos e deveres dos passageiros. As novas regras estão alinhadas com o Código de Defesa do Consumidor. Para falar sobre esse assunto convidamos o desembargador Ronaldo Claret de Moraes, da 10ª Câmara Cível do TJMG, e Luciana Atheniense, da Comissão de Direito do Consumidor da OAB-MG. (Foto)

Justiça Restaurativa

A Justiça Restaurativa baseia-se em processo de concordância em que a vítima, o infrator e outras pessoas afetadas pelo crime participem na construção de soluções para os traumas e perdas causadas pelo crime. Nossas convidadas são as juízas Adriana Fonseca Barbosa Mendes, da 2ª Vara Cível de Viçosa, e Flávia Birchal de Moura, do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte.

População em situação de rua

Os principais motivos para as pessoas irem para as ruas, segundo a Secretária Municipal de Políticas Sociais, são conflitos familiares e uso de drogas. O juiz Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes, auxiliar da Corregedoria, e o promotor André Sperling Prado, coordenador da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público, discutem o tema.

Lei de Drogas e prisões

Levantamento aponta que um em cada três presos do País responde por tráfico de drogas. Entre 2005 e 2017, o índice aumentou de 8,7% para 32,6%. Quais fatores contribuíram para o aumento dos presos por tráfico? Nossos convidados são a juíza Andrea de Miranda Costa, da 2ª Vara de Tóxicos de BH, e a promotora Cynthia Maria dos Santos Silva, da Promotoria de Tóxicos de BH.■

Intervenção na Escola

O projeto Intervenção na Escola surgiu em 2015 após diagnóstico de alto grau de criminalidade no entorno das escolas de Ribeirão das Neves (Grande BH). Desde o início, vinte e um adolescentes já participaram e nenhum deles voltou a cometer atos infracionais. Nossa convidada é a juíza Lívia Lúcia Oliveira Borba, da 2ª Vara Criminal e da Infância e Juventude dessa Comarca. (Foto)

Segurança pública

A superlotação carcerária, o monitoramento eletrônico e a ressocialização de condenados são alguns dos temas discutidos no Pensamento Jurídico. Para participar do programa, convidamos o secretário de Estado de Administração Prisional e desembargador Francisco Kupidlowski. O monitoramento eletrônico pode ser a solução para os presos provisórios? É possível ressocializar os condenados?

Mudança de nome no registro

A Lei 9.708/98, que modificou a Lei de Registros Públicos, permite substituir o primeiro nome pelo apelido, acrescentar o apelido antes do primeiro nome ou inseri-lo entre o nome e o sobrenome. Os pedidos de alterações de nomes têm sido cada vez mais comuns na Justiça brasileira. Quais são as condições? Nosso convidado é o juiz aposentado Fernando Humberto dos Santos.

Reforma da Previdência

Governo Federal enviou ao Congresso mais uma reforma previdenciária, desta vez ainda mais ampla e com a potencialidade de atingir direitos. O Pensamento Jurídico destaca as mudanças na regra da aposentadoria. Quais são os prejuízos para as carreiras jurídicas e a sociedade em geral? Para falar sobre o assunto, convidamos o juiz aposentado Jorge Franklin Alves Felipe, especialista em Direito Previdenciário.■

TV JUSTIÇA
Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)
TV ASSEMBLEIA Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)
TV COMUNITÁRIA Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)

TV

TV JUSTIÇA
Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)
TV COMUNITÁRIA
Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

YouTube **www.youtube.com/amagismg/videos**

Febre amarela tem prevenção

Vacinação é feita gratuitamente nos postos de saúde

AGÊNCIA EBC

Procura pela vacina tem mobilizado a população

Com o surto de febre amarela em todo o País, e com o registro de várias mortes pela doença em Minas Gerais, o Governo do Estado decretou situação de emergência em mais de 160 municípios mineiros, a fim de facilitar e agilizar a adoção de medidas contra a ameaça, como a intensificação da vacinação.

De acordo com a Secretaria da Saúde de Minas Gerais, a estimativa é de que três milhões de pessoas não estejam vacinadas, principalmente na faixa etária de 15 a 59 anos, que foi a mais afetada pela epidemia de febre amarela silvestre ocorrida no ano passado.

A vacina é recomendada para crianças a partir de 9 meses até adultos de 59 anos, e possui contraindicações para pessoas acima de 60 anos e gestantes. Portanto, mesmo em situações de emergência epidemiológica, vigência de surtos, epidemias ou viagem para áreas de risco, a equipe de saúde deverá ser consultada sobre a necessidade da aplicação do medicamento.

Mulheres que estejam amamentando, caso residam ou forem se deslocar para área com transmissão ativa da doença, devem suspender o aleitamento por 10 dias após receberem a dose da vacina. Recomenda-se aos viajantes com destino para locais de risco que tomem a medicação com 10 dias de antecedência, caso ainda não tenham sido vacinados.

A vacina é contraindicada para crianças com menos de seis meses de idade, pessoas com histórico de reação anafilática a substâncias presentes na vacina e pacientes com imunossupressão de qualquer natureza.■

Obesidade infantil

Doença preocupa cada vez mais a sociedade

STEPHANIA MEDINA DE ANDRADE SOCIO*

A obesidade se tornou doença epidêmica e é, cada vez mais, preocupação para a sociedade, uma vez que é pré-requisito para uma série de outras doenças, como diabetes, hipertensão arterial, doença coronariana, neoplasias, entre outras.

A preocupação com a qualidade e a quantidade da alimentação infantil é algo que define a saúde dos adultos do futuro. Segundo dados de 2012, da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), quatro em cada cinco crianças obesas permanecerão obesas quando adultas. Os períodos mais críticos para o desenvolvimento da obesidade são a fase intrauterina, os primeiros dois anos de vida e a adolescência.

De acordo com os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coletados entre 2008 e 2009, no Brasil, 15% das crianças na faixa de 5 a 9 anos estavam obesas e 37% com excesso de peso. Na faixa de 10 a 19 anos, as taxas de excesso de peso eram de 34,8% para meninos e 32% para meninas, e de obesidade eram, respectivamente, de 16,6% em meninos e 11,8% em meninas, segundo o IBGE.

Tais dados remetem à importância que precisamos dar ao que oferecemos às nossas crianças. Os alimentos ultraprocessados e as bebidas açucaradas são os principais vilões.

A vigilância é de grande importância, então, lembre o pediatra de seu filho de marcar, nos gráficos existentes na carteira da criança, o peso, a altura e o índice de massa corporal (IMC), a cada visita, para que você acompanhe o desenvolvimento de sua criança.

Diante desta realidade e em conformidade com as preocupações com a saúde de nossas crianças, a Amagis Saúde está preparando um encontro a fim de esclarecer e conscientizar as famílias sobre tais questões.■

(*) Pediatra especialista em gastroenterologia infantil e médica auditora da Amagis Saúde

+SAÚDE!

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
Maurício Torres Soares

DIRETORIA DO AMAGIS SAÚDE:
Vice-presidente de Saúde
Luzia Divina de Paula Peixôto
Diretor de Saúde
Edison Feital Leite
Diretor Financeiro
Kenea Márcia
Damato de Moura Gomes
Conselho Gestor:
TJMG
Alexandre Quintino Santiago
Renato Luís Dresch

Suplentes
Estevão Lucchesi de Carvalho
Edison Feital Leite
Juízes da Capital
Carlos Salvador Carvalho de Mesquita
Marli Maria Braga Andrade
Suplentes
João Luiz Nascimento de Oliveira
Kenea Márcia Damato de Moura Gomes
Juízes do Interior
Dalton Soares Negrão
Juarez Morais de Azevedo

Suplentes
Mateus Bicalho de Melo Chavinho
Marcelo Carlos Cândido
Aposentados
Francisco Kupidlowski
Alberto Aluizio Pacheco de Andrade
Suplentes
José Nicolau Masselli
Paulo Mendes Álvares
Ouvidora do Amagis Saúde
Maria Luiza Santana Assunção

Rua Albita, 194 • Cruzeiro - Belo Horizonte • MG - Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br - www.amagis.com.br

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008
Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210
Projeto Gráfico: Agência Graffo
Diagramação:
Fosfato Comunicação Digital
Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Artes marciais ajudam equilibrar corpo e mente

Concentração, disciplina e autocontrole são benefícios das modalidades

ARQUIVO PESSOAL

Juiz Mauro Riuji Yamane

Foco, concentração, disciplina e autocontrole. Essas características tão imprescindíveis dentro de um gabinete, na lida diária como juiz, também são fundamentais em cima de um tatame. A prática de artes marciais, além de trabalhar o condicionamento físico, ajuda a obter o equilíbrio emocional que a carreira de magistrado tanto exige.

O juiz Mauro Riuji Yamane, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Divinópolis (Oeste), é faixa verde no karatê e pratica o esporte há 27 anos, desde que começou a estudar para prestar concurso público. Segundo ele, o karatê está alinhado à arte de julgar, uma vez que aprimora a disciplina, a tenacidade, o raciocínio rápido e até a tranquilidade, pois se aprende a controlar as emoções nas horas mais difíceis.

"Depois que passei a praticar o karatê e tomar consciência das técnicas de ataque e defesa, passei a ser uma pessoa mais tranquila e pacífica. Hoje, não tenho medo de situações físicas de risco, especialmente nas audiências. Já vivenciei situações em que poderia ter usado o que domino, mas me afastei tranquilamente, vencendo sem ter lutado", contou o magistrado, que se prepara para fazer, neste ano, o exame de troca de faixa.

O esporte também ajuda a diminuir o isolamento social e favorece as amizades entre pessoas com um interesse em comum. "A prática esportiva aumenta muito o rol de amigos, especialmente fora do âmbito forense, o que é muito bom para quem vive a solidão da toga, dadas as inúmeras restrições da função", disse o juiz Mauro Yamane.

Faixa preta no judô, o presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), juiz Fernando Galvão da Rocha, foi apresentado ao esporte aos sete anos de idade na tentativa de amenizar problemas respiratórios. Ele deve ao judô a melhora de seu condicionamento cardiorrespiratório e o fim do uso de medicamentos para asma.

"O judô trouxe tantos benefícios para a minha vida que chega a ser difícil sintetizar. Ele influencia tudo o que faço, inclusive o trabalho como juiz. Disciplina para manter as rotinas de estudo e atenção para com os detalhes dos processos são influências positivas que atribuo aos anos de judô", afirmou Fernando Galvão.

Quando está no tatame, o juiz André Luiz Alves, da Comarca de Conceição do Mato Dentro (Central), deixa de lado as tensões vividas ao longo do dia e se concentra no treino. O magistrado conseguiu emagrecer 15 quilos após iniciar a prática de jiu-jitsu, em outubro de 2015.

ARQUIVO PESSOAL

Juiz Fernando Galvão da Rocha, presidente do TJMMG

Antes da luta em si, ele faz exercícios que aceleram a capacidade cardiovascular e respiratória para conseguir aguentar a carga intensa do treinamento que virá em seguida. "A demanda física que o esporte exige é muito grande. Com pouco tempo de prática, obtive um preparo físico muito bom", ressaltou o magistrado.

As artes marciais se fundamentam em valores éticos e morais que orientam a conduta dos praticantes para além dos momentos de competição. O respeito à hierarquia, ao adversário e às regras do jogo são pontos fortemente trabalhados.

Para Fernando Galvão, os valores cultivados pelo judô, por exemplo, ressaltam a postura que se deve ter diante de pessoas de perfis tão diferentes, que, no ambiente de treino, se tornam igualmente merecedoras de respeito. "Essa influência também é útil na tarefa de julgar a conduta do outro", destacou.

"Quando se está no tatame, o respeito ao grupo e ao mestre, que é quem possui a maior graduação, é bastante exigido. E isso eu levo para a minha vida pessoal e profissional, onde preciso lidar com um grupo de trabalho diversificado", afirmou André Luiz Alves.■

Por Izabela Machado

PLANO + SAÚDE! NOTA 10

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

AMAGIS Saúde

Amagis Saúde amplia agendamento do check-up

Exames podem ser marcados 15 dias antes do mês de aniversário

TIAGO PARRELA

Juiz aposentado João Ary realiza os exames

Com a grande procura dos usuários do plano pelo programa de Check-up da Amagis Saúde, a diretoria da Associação decidiu ampliar o período de agendamento dos exames. Agora, os associados poderão marcar a consulta 15 dias antes do mês do seu aniversário, quando têm o direito ao benefício.

Nos primeiros meses de funcionamento do programa, cerca de 400 usuários do plano realizaram o check-up, após serem comunicados pela Amagis Saúde que tinham direito ao benefício. Com o novo período para agendamento, os interessados em realizar os exames podem fazer a marcação antes mesmo de receberem a carta da Associação informando sobre o 'presente'.

Criado como mais uma ação de prevenção da saúde, o programa de check-up é inteiramente gratuito e destinado aos usuários da Amagis Saúde (titulares e dependentes), com 35 anos ou mais, e tem entre suas vantagens o diagnóstico precoce das enfermidades ainda na fase assintomática, quando não há queixa clínica ou sintoma da doença, permitindo a realização precoce de ações preventivas.

Na avaliação do juiz aposentado João Ary Gomes, que realizou os exames no mês de janeiro, a boa aceitação do programa de Check-up pela magistratura deve-se à importância da prevenção, à estrutura oferecida e à gratuidade do programa. "É muito melhor fazer a prevenção do que cuidar da cura, inclusive economicamente", comentou o magistrado, para quem a possibilidade de realizar os procedimentos em um mesmo local é outra vantagem oferecida pela Amagis Saúde aos usuários do plano.■

DICAS

Autorização prévia

Com a atualização do rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em vigor desde janeiro deste ano, as Diretrizes de Utilização (DUTs) fixadas pelo órgão também foram alteradas e a cobertura de exames laboratoriais foi ampliada. Conheça alguns dos exames que precisam de autorização prévia dos planos de saúde para serem realizados.

- **Anticorpo antipeptídeo cíclico citrulinado - IGG (anti-CCP)**
- **Citomegalovírus - Qualitativo por PCR**
- **Fator V Leiden, Análise de Mutação**
- **Hepatite B - Teste Quantitativo**
- **Hepatite C - Genotipagem**
- **HER-2 - dosagem do receptor**
- **HLA B27, Fenotipagem**
- **Protrombina, Pesquisa de Mutação**
- **Vitamina E, pesquisa e/ou dosagem**
- **Análise molecular de DNA**
- **ALK – Pesquisa de mutação**
- **Aquaporina 4 (AqP4) – pesquisa e/ou dosagem**
- **Toxoplasmose – Pesquisa em Líquido Amniótico por PCR**

A autorização poderá ser obtida, pessoalmente, no setor de atendimento da Amagis Saúde, pelos e-mails autorizacao@amagis.com.br ou pedido@amagis.com.br e ainda pelo fax (31) 3223-3683 ou 3079-3484. O associado precisa apresentar o pedido médico, datado, assinado e carimbado pelo médico solicitante, contendo justificativa (indicação clínica).

ANS Nº 41669-0